

DOI: [10.20396/rfe.v14i3.8671571](https://doi.org/10.20396/rfe.v14i3.8671571)

O pensamento de John Dewey: um percurso entre a democracia, a educação e a ciência

Karine Biasotto¹ 

Resumo

Esse artigo tem por objetivo entender a conexão entre democracia, educação e ciência em Dewey. Primeiramente apresenta-se a proposta de democracia como um modo de vida associada que pressupõe interesses em comum e liberdade. Algo que representa um equilíbrio desejável. Em um segundo momento, destaca-se o histórico da formação da democracia americana e a educação como um elemento que promove a manutenção da sociedade democrática e como essa forma de vida e de governo é impactada pela economia e pela ciência. Diante disso, é possível vislumbrar a atualidade do pensamento deweyano sobre a necessidade vigilância para a manutenção da democracia.

Palavras-chave: Democracia. Educação. Ciência.

Abstract

This article aims to understand the connection between democracy, education and science in Dewey. Initially, the proposal of democracy is presented as an associated way of life that presupposes common interests and freedom, which represents a desirable balance. In a second moment, we highlight the history of the formation of american democracy and de education as an element that promotes the maintenance of a democratic society and how this form of life and government is impacted by the economy and science. Thus, it is possible to

¹ Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Professora da Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED/PR). E-mail: kabiasotto@gmail.com

glimpse the relevance of Dewey's thought on the need for surveillance for the maintenance of democracy.

Keywords: Democracy. Education. Science.

Introdução

Em suas sete décadas de produção acadêmica, Dewey discutiu uma diversidade de assuntos, como epistemologia, ética, política, educação, entre outros. Em relação ao pensamento educativo, Cunha (2018) descreve esse autor como um ativista que pensa para além da escola para refletir acerca dos dilemas políticos do seu tempo, e nesse sentido, uma nova concepção pedagógica era parte necessária para a edificação de um projeto social democrático.

Considerando essa necessidade ressaltada por Cunha (2018), isto é, de um projeto educativo com vistas a uma proposta democrática, esse artigo trata do pensamento deweyano na sua dimensão política entrelaçada com a sua teoria educativa. Para isso, destacam-se conceitos essenciais relacionados a essas duas temáticas, como de sociedade, comunidade, democracia e liberdade.

Portanto, o texto inicialmente analisa o significado de democracia e os riscos que esse projeto corria na década de 1930, tanto pensado como um modo de vida, quanto como um sistema político, considerando que essa foi a década de ascensão de governos totalitários na Europa, e no decênio anterior, na União Soviética.

Esses assuntos tratados por Dewey nas primeiras décadas do século XX continuam relevantes para a compreensão da manutenção das democracias liberais na atualidade. Assim, cabe ainda refletir qual é a função da educação para manter esse modo de vida e de exercício político hoje. Nessa direção, Branco (2014) aponta o compromisso com a justiça social e o pluralismo como uma herança deweyana para a solução de conflitos e uma educação democrática no mundo contemporâneo.

Já no campo escolar, Boto (2006) entende que para o autor, a sociedade democrática é a contínua experiência de aprendizado e um meio para solucionar problemas institucionais. De tal modo, as crianças se tornam democratas com o exercício da democracia no âmbito escolar, isto significa que a educação tem como missão formar o cidadão apto para essa forma de vida.

De tal modo, priorizando as obras *Democracia e educação* (1916) e *Liberdade e cultura* (1939), o objetivo desse artigo consiste em apresentar o significado de sociedade democrática para esse autor, e na sequência entender como a educação² e a ciência³ se vinculam a esse projeto social.

Para isso, o texto foi dividido em dois itens. O primeiro, discute o conceito de democracia para Dewey e os elementos chave, como liberdade e comunidade, para a manutenção dessa forma de governo e modo de vida. Já o segundo item trata da educação e da ciência como fomentadores de uma sociedade democrática.

Democracia: modo de vida e de governo

Um dos pontos mais importantes da proposta educacional de Dewey reside na ideia de que a educação, além de ser parte de um processo que é social e político, exerce a função de formar para essas duas categorias.

²Anísio Teixeira explica o conceito deweyano de educação como o “processo de reconstrução e reorganização da experiência, pelo qual lhe percebemos mais agudamente o sentido, e com isso nos habilitamos a melhor dirigir o curso de nossas experiências futuras” (DEWEY, 1965, p. 17)

³“Por ciência, conforme ficou dito, significamos aquele saber proveniente dos métodos de observação, reflexão e verificação deliberadamente adotados para assegurar conhecimentos certos e provados. Ciência subentende um esforço inteligente e perseverante para rever as convicções correntes a fim de excluir delas o que é errôneo, aumentar-lhes a exatidão, e, acima de tudo, dar-lhes tal forma que se tornem o mais manifesta se possível as muitas dependências dos vários fatos. Ela é, como todo o conhecimento e o resultado da atividade de levar a efeito certas mudanças no ambiente. Mas em seu caso a qualidade do conhecimento resultante é um fator causal, e não um incidente da atividade. Lógica e pedagogicamente a ciência a perfeição do conhecimento, é sua última fase. Ciência, em suma, significa compreensão do conteúdo lógico de todo o conhecimento. A ordem lógica não é forma imposta ao conhecimento, mas a sua forma adequada quando tornado perfeito ou definitivo” (DEWEY, 1979, p. 241).

Portanto, no ideal preconizado pelo autor, a educação tem como incumbência formar a criança para uma sociedade democrática.

A confluência desses temas foi discutida por Cunha (2001), Pogrebinski (2004) e Pimenta (2018), porém a partir de diferentes perspectivas. Cunha (2001) buscou conectar a filosofia política deweyana com as suas propostas educativas debatendo os conceitos de individualismo, liberdade e democracia. Já Pogrebinski (2004) apresentou a teoria de Dewey sobre a democracia e como ela seguiu por duas vias diferentes. Uma é a democracia política, isto é, como sistema de governo, e a outra é a ideia de democracia como um modo de vida. Pimenta (2018) destaca que o pensamento reflexivo e a teoria da investigação têm como propósito a construção de uma sociedade democrática a partir da educação escolar. Como ponto comum às três pesquisas, percebemos que os temas da democracia, da ciência e da educação se encontram continuamente.

Analisamos, primeiramente, aquilo que Dewey entende por sociedade. Para ele, um homem é capaz de vivenciar vários grupos ou associações humanas ao mesmo tempo. Tais grupos podem ser religiosos, científicos, industriais, políticos. Embora sejam de diferentes segmentos, têm em comum a vida associada. Apesar disso, quando se trata da filosofia social, existe apenas uma sociedade que coloca como propósito essencial o bem-estar comum, os interesses públicos e a reciprocidade. O termo sociedade deixa subentendida a existência da pluralidade de associações, e essas podem ser boas ou más. Mesmo uma associação de criminosos, por exemplo, é capaz de manter as qualidades que a tornam uma espécie de sociedade. Entre seus membros existem valores comuns que são compartilhados. Esse pensamento é resumido da seguinte forma: “toda a educação ministrada por um grupo tende a socializar seus membros, mas a qualidade e o valor da socialização dependem dos hábitos e aspirações do grupo” (DEWEY, 1979, p. 89).

Dewey (1979) ressalta a importância de fugir de extremos no que diz respeito à compreensão das diferenças sociais. Há a necessidade em evitar uma idealização de sociedade. Essa concepção deve ser pautada naquilo que é real. Mas esse real também não pode ser um limite. Nesse caso, o

fundamental é extrair o que é desejável das sociedades existentes, fazer a crítica ao que não é, e recomendar aquilo que pode ser melhorado no futuro.

Mas independente da forma de associação, o fato é que todos os membros de um grupo são unidos pelo interesse comum e pela cooperação com outros grupos. Para uma associação danosa, como uma quadrilha, por exemplo, os vínculos com outros grupos são reduzidos, se compararmos a uma associação familiar. O primeiro grupo tende ao isolamento, o que não proporciona uma educação completa.

Em uma sociedade despótica, as ações realizadas são pautadas no medo. Esse sentimento nem sempre é prejudicial, o problema é quando ele é o único, pois não há reciprocidade entre os membros do grupo. Para um completo desenvolvimento social, todos os membros deveriam possuir oportunidades de troca de conhecimento por meio de experiências em que todos pudessem participar. É como o autor esclarece:

E a experiência de cada uma das partes perde em significação quando não existe o livre entrelaçamento das várias atividades da vida. Uma separação entre classe privilegiada e a classe submetida impede a endosse social (DEWEY, 1979, p. 90).

Outra importante questão destacada pelo autor, relacionada à ausência de intercâmbio social, é a escravidão. Não em um sentido literal, mas considerando que existem aqueles que se dedicam a atividades as quais não compreendem a finalidade social, e, portanto, não empregam nelas interesse pessoal.

A liberdade é característica basilar da sociedade democrática no entender de Dewey (1979). O isolamento engessa a vida, ao passo que diferentes contatos geram um aumento de experiências tanto para a vida mental quanto para as relações sociais.

Portanto, interesse comum e liberdade são dois elementos fundantes para a constituição da democracia. Como consequência, há o interesse por uma educação deliberada e sistemática: “O amor da democracia pela

educação é um fato cediço” (DEWEY, 1979, p. 93). Tal afirmação se explica porque somente cidadãos convenientemente educados são capazes de tornar eficiente um governo eleito por meio do sufrágio popular.

A partir do exposto, Dewey assevera que “uma democracia é mais do que uma forma de governo; é, primordialmente uma forma de vida associada, de experiência conjunta e mutuamente comunicada” (DEWEY, 1979, p. 93). Mas isso, segundo ele, não resulta de um esforço consciente, e sim do desenvolvimento de relações globalizantes provenientes, sobretudo, do domínio da ciência sobre a natureza, como a indústria, o comércio, as viagens, as migrações e intercomunicações.

Com a clareza daquilo que entendia como os pilares de uma sociedade democrática, isto é, comunicação, cooperação e interesses em comum, Dewey (1970) descreve seu pensamento oposto a qualquer extremismo ou pensamento polarizado. Discutindo sobre o campo político, posiciona-se contrário a todas as formas de totalitarismo cuja ascensão assistiu durante a década de 1930, tanto as de direita, como o fascismo e o nazismo, quanto as de esquerda, como o stalinismo. A democracia aparece, portanto, como o equilíbrio desejável para a manutenção do bem comum. Desse elemento decorre a importância em formar o cidadão para viver e cultivar os fundamentos de tal projeto social.

A liberdade é um tema muito caro ao pensamento político de Dewey (1970). Ele indaga o seu significado, a razão de tanto apreço e entende que seja um dos pontos fundamentais do exercício político da democracia. Ao pensar o contexto norte-americano, percebe que as instituições democráticas se conectam à tradição de luta pela liberdade como uma grande meta política. Uma vez obtido o autogoverno, isso torna-se para os homens o que há de mais importante. Porém, ao observar o mundo em que vivia, o autor assistiu à queda de muitas instituições democráticas, o que fez surgir um questionamento relacionado ao destino futuro dessas sociedades que viviam uma forte promoção dos totalitarismos, bem como dos próprios Estados Unidos.

No entanto, a manutenção da liberdade não se liga exclusivamente a questões políticas, mas também às econômicas. A natureza humana tem uma afeição pela liberdade, o que é a essência da democracia. Esse modo de vida sofre um grande choque no caso do rompimento com as finalidades morais das instituições políticas. Segundo o autor, tais instituições, assim como as relações e hábitos econômicos coexistem. Isso significa que um determinado estágio de conhecimento sobre a natureza é, na prática, uma fase da cultura, que ligava-se à indústria, ao comércio, à produção e à distribuição de bens e organização e regras dos serviços. É o crescimento da ciência moderna a partir do século XVII que explica o desenvolvimento das atividades econômicas e hábitos de consumo no século XIX. Em outras palavras, a Revolução Industrial e a Revolução Científica caminharam juntas.

Desse modo, fica evidente que o pensamento político deweyano considerava fundamental a manutenção dos ideais como liberdade e individualismo, além de tratar com grande preocupação a questão da conservação da democracia como uma forma de projeto social, constituído de atividades econômicas, científicas e culturais. Sendo assim, as obras de arte eram importantes meios de comunicação, para o bem ou para o mal. Um regime ditatorial controla toda a vida daqueles que vivem sob sua custódia, isto é, sentimentos emoções, opiniões. Isso leva Dewey (1970) a concluir que os problemas relacionados às instituições democráticas e à liberdade estão conectados com a questão da cultura. Portanto, há “necessidade de uma cultura livre para instituições políticas livres” (DEWEY, 1970, p. 106), pois é o que eleva a sociedade ao patamar de comunidade, considerando a existência de comunicação entre os indivíduos.

Ao comparar o histórico político do seu país ao histórico dos países europeus, o autor admite que a democracia americana, enquanto era ainda um experimento, foi favorecida pelas circunstâncias. São estas: a distância entre os colonos e os propósitos do governo inglês; a distância das instituições com características feudais; a fuga da restrição de culto religioso; e a existência de um vasto território ainda desconhecido.

De tal modo, o autor nos mostra que a tradição americana, bem como a inglesa, prega a ideia de liberdade vinculada à ideia de individualidade, porém admite que existem comprovadamente outras formas de liberdade não pautadas no individualismo como a liberdade orientada pela racionalidade. Sendo assim, as diferenças existentes entre as mais diversas concepções de liberdade variam de acordo com os contextos culturais. A relação indivíduo-liberdade foi elaborada sem considerar as diferenças, isto é, de uma forma globalizante. É desse ponto que decorre a importância de que essa questão seja discutida relacionada às condições culturais, considerando a ciência, a arte, a moral, a religião, a educação, a indústria. Levar em conta tais características pode conferir durabilidade à democracia por meio da possibilidade de expressão de elementos que anteriormente não tinham espaço. A respeito desse assunto, o autor afirma que:

Os fundadores da democracia política americana não eram tão ingenuamente devotos de pura teoria que não estivessem conscientes da necessidade de condições culturais para o funcionamento com êxito das formas democráticas (DEWEY, 1970, p. 132).

Com tal asserção, Dewey deixa clara a necessidade de abertura e respeito por aqueles que são diferentes. É preciso considerar que ele vivenciou uma onda migratória em seu país de origem e observou de perto a convivência e a necessidade de tolerância entre indivíduos de diversas origens.

Até o momento, o foco esteve em analisar o significado da democracia americana e o seu histórico segundo Dewey. Na sequência, a prioridade está no entrelaçamento desse projeto social com a educação e a ciência.

Educação e ciência: as bases da democracia

Conforme o autor, dentre aquilo que é essencial para criar condições para fomentar um projeto democrático, encontra-se a educação. Professava-

se uma fé inabalável na liberdade de imprensa e na educação pública, cujos inimigos eram a censura e o controle do governo. Aqueles que assim pensavam, ignoravam que a educação poderia ser uma arma nas mãos de um governo opressivo. Dessa forma, nem sempre uma educação de ponta representa um bem. Um modelo educativo pode ser útil para propagar as ideias de um regime totalitário, como é o caso da Alemanha nazista que, na época, possuía altos índices de alfabetização e produção intelectual nas universidades, porém a serviço de um regime não democrático.

A construção da democracia pressupõe que a partir de condições desordenadas seja criada uma integração intelectual e moral. Muitas pessoas verbalizam uma devoção ao projeto democrático, no entanto, suas ações não condizem com aquilo que expressam. Dewey melhor sintetiza essa relação entre a cultura e a natureza humana no excerto que segue:

A séria ameaça nossa democracia não é a existência de estados totalitários estrangeiros. É a existência dentro de nossas próprias atitudes pessoais e dentro de nossas próprias instituições, de condições similares aquelas que deram a vitória autoridade, disciplina, uniformidade e dependência externas do *Líder* nos países estrangeiros. o campo de batalha é também, conseqüentemente, aqui — dentro de nós mesmos e de nossas instituições (1970, 140-1).

Essa forma inadequada de ação individual enfraquece as condições que fundamentam uma sociedade democrática, independente do âmbito no qual aconteça, seja nas escolas, instituições religiosas, nos empreendimentos ou no campo político.

Dewey (1970) tenta compreender de modo mais profundo a formulação da crença na democracia elaborada pelos precursores americanos. A primeira diferença residia no fato de os colonos estarem distantes da Inglaterra, logo, a ideia de um governo autoimposto não seria adequado à natureza humana nem aos direitos humanos. Como as condições nas treze colônias eram simples, a teoria democrática também era. Consistia em fomentar a liberdade pessoal e política, e resistir a qualquer forma de dominação externa somada à

crença de que o poder ilimitado dos funcionários do governo era um abuso contra o qual deveria ser formado um governo republicano. Eram essas as condições que incentivavam ingleses a emigrar de seu país para um outro continente e induziam a entender antigas instituições como inimigas.

A organização do governo seria tão simples quanto a teoria de democracia. Consistia na ideia de que os funcionários seriam delegados dos cidadãos, do sufrágio universal, ocorrência de eleições frequentes, regra da maioria e manutenção de pequenas unidades de governo, para que as pessoas tivessem contato da forma mais direta possível com seus representantes. A proposta era abolir qualquer traço de sistema feudal originado na Inglaterra.

O autor conclui que as condições econômicas causam um impacto direto sobre a fé na democracia. Ele explica que a diferença da política americana é de que os cidadãos se mobilizam em torno de males que são atribuídos ao partido que está no poder. Isso causa um debate entre as diferentes linhas políticas para chegar a um acordo de como solucionar as possíveis crises, por exemplo, a depressão econômica de 1929. Tais desacordos políticos e os efeitos socioeconômicos causados pela indústria acarretaram desconfiança nas formas de governo popular e nas instituições parlamentares, o que elucida as motivações dos ataques sofridos pela democracia por parte da direita e da esquerda durante a década de 1930. Então, nesses momentos de crise, os mais diferentes segmentos sociais — agricultores, operários, entre outros — se unificam, apesar dos diferentes interesses. As classes abastadas também se unem a fim de fortalecer o domínio sobre as instituições políticas, mas elas precisam do apoio popular para se manter no poder. Dessa forma, uma crise econômica é capaz de fazer com que diferentes classes sociais criem uma unidade em torno da ideia de ordem e lei, abandonando as formas democráticas de governo. Assim, têm origem os movimentos populistas e o meio como foram justificadas as ditaduras europeias, bem como seriam justificados movimentos semelhantes na América.

Dewey (1970) explica como o uso de conceitos como natureza ou hábito podem ser prejudiciais se aplicados de forma errada. A afirmação de

que os homens são livres e iguais por natureza veio unida à ideia de “natural”, e essa palavra e “natureza” soam extremamente ambíguas.

As palavras significam que é nativo, o que é original ou inato, o que existe no nascimento em distinção o que é adquirido pelo cultivo e como consequência da experiência. Mas também significa aquilo que os homens se habituaram, transmitido pelo costume, e que a imaginação dificilmente consegue conceber como diferente. Hábito é segunda natureza e a segunda natureza, sob circunstâncias normais, é tão potente e premente quanto a primeira natureza. Além disto, natureza tem definida importância moral; é aquilo que é normal e, portanto, certo, direito, correto; aquilo que deve ser (p. 155).

Na citação anteriormente apresentada, o autor esclarece o duplo significado de natureza e os perigos que podem incorrer na aplicação desses conceitos. Eles foram tomados como verdadeiros pela teoria da democracia. Porém aquela liberdade que antes tinha um significado moral vem ameaçando a igualdade política e legal. Em outras palavras, os homens fazem uso de uma liberdade tomada como natural, seja pelo que é inato, seja pelo hábito, e colocam a serviço de projetos que podem destruir a igualdade conquistada pela democracia.

Ao se aproximar dessa questão, Dewey (1970) explica que a princípio houve harmonia entre liberdade e igualdade. No entanto, “como a liberdade foi praticada na indústria e no comércio, as desigualdades econômicas produzidas reagiram contra a existência da igualdade de oportunidade” (DEWEY, 1970, p. 157). A partir disso, o autor assevera a existência da dificuldade, mesmo em países democráticos, em oferecer a crianças de classes menos abastadas as mesmas oportunidades de crianças com origem em famílias ricas, por exemplo, apesar do custeio de escolas públicas.

Outra descrição feita pelo autor é a da relação entre a democracia e a nova consciência de natureza humana. Para isso ele recorreu ao pensamento histórico e retomou uma situação em que os arranjos sociais e políticos eram pautados na natureza. A passagem da lei natural para o direito natural foi um

capítulo basilar da história intelectual e moral da humanidade. As mudanças na teoria democrática estão ligadas ao modo inadequado como a constituição da natureza em relação às questões sociais foi tratada, e que, segundo o autor, vinham sendo recuperadas por meio “da significação moral da conexão entre natureza humana e democracia, agora formulada nos termos concretos das condições existentes e libertada dos exageros unilaterais da primeira formulação” (DEWEY, 1970, p. 193). Isso mostra que a natureza humana passou a se conectar com a democracia a partir de questões contemporâneas e repletas de reciprocidade entre si.

A necessidade de uma renovada psicologia da natureza humana tinha para o autor significado de unidade entre a democracia e o humanismo. Para ele, tratava-se de afirmar a fé nas ideias e ações pautadas na natureza humana. “Com efeito, a crença no ‘homem comum’ nada significa, salvo como expressão de crença na conexão íntima e vital da democracia com a natureza humana” (DEWEY, 1970, p. 212). Assim, fica nítido o otimismo deweyano no que diz respeito às melhores características humanas.

De acordo com Dewey (1970), encontrar um equilíbrio na autoridade de ação em um governo democrático é basilar. Encontrar as potencialidades da natureza humana é uma consequência disso. Palmilhar os caminhos da democracia não é tarefa fácil, em contraponto é a mais recompensadora, porque a liberdade democrática trata-se da maior realização das potências humanas e, mais que isso, um padrão e modo de conduta pessoal.

Conforme o autor, a questão da ciência também está intimamente relacionada à democracia. O problema reside no fato de que ela pode ser usada tanto para o bem quanto para o mal. O seu rápido desenvolvimento resultou na concentração de capital em grandes empresas que passaram a ter direitos sobre o conhecimento elaborado e o colocou à disposição de ditadores. A grande indagação, neste caso, seria: “quais, exatamente, são as consequências sociais da ciência?” (DEWEY, 1970, p. 220). Como consequência, o autor questionava se o interesse social da ciência deveria se sobrepor ao interesse intelectual, se para o Estado é possível controlar o desenvolvimento científico que pode ser colocado à disposição da indústria.

Outro importante questionamento é: “pode a sociedade, especialmente a sociedade democrática, existir sem um consenso básico em uma comunidade de crenças?” (DEWEY, 1970, p. 221). Considerando uma resposta negativa à pergunta, Dewey (1970) ainda indaga se o requisito dessa comunidade de crenças pode ser alcançado sem a regulação de uma autoridade pública na busca científica. As entrelinhas mostram que o consenso relacionado ao conjunto de crenças contribui para a harmonia que o autor tanto preza. Ele afirma ainda que existe parcialidade na ciência e a indiferença no que diz respeito aos seus fins. Isso significa que a ciência pode ser utilizada para finalidades boas ou más, e é esse fato que difere a opinião contemporânea da iluminista, pois esta última prezava unicamente a perfectibilidade humana.

Dewey (1970) ressalta a todo instante o mau uso da ciência, de forma que ampliava as desigualdades e tragédias sociais, como má distribuição de renda ou as guerras. Então, apresenta uma contradição que permeia a relação entre os seres humanos e o conhecimento: “A guerra que mobiliza a ciência para a destruição maciça, também a mobiliza para manter a vida e curar os feridos” (DEWEY, 1970, p. 230). Portanto, a aplicação das crenças científicas ocorre por meio da sua incorporação à cultura como consequência da sua utilidade social.

A fé na ciência nos parece estar na essência do pensamento deweyano. Ela surge como um elemento que pode equilibrar a sociedade a partir do seu bom uso, bem como é um fundamento do conceito de experiência educativa. É, portanto, basilar para a construção do projeto social idealizado pelo autor.

Além disso, são discutidas questões acerca da cultura, da liberdade de palavra, de imprensa e de reunião. São instrumentos democráticos utilizados por governos que se pretendem despóticos para destruir o Estado de direito e, posteriormente, construir governos pautados no autoritarismo e coerção.

Para Dewey (1970), Thomas Jefferson foi o primeiro autor moderno a definir o que se entende por democracia. O que fez Dewey (1970) recorrer a Jefferson foi a formulação moral dos fundamentos, a fé e os fins do projeto

democrático. Nesse caso, o que é natural, pode ser entendido como moral, pautado na religiosidade do período histórico no qual viveu.

Dewey (1970) menciona três pontos que deseja ligar ao nome de Jefferson. O primeiro ponto refere-se aos fins da democracia e aos imutáveis direitos dos homens. Eles têm direito, assim como tiveram seus ancestrais, de mudar as leis e as instituições a fim de garantir a própria felicidade e que estejam de acordo com as descobertas e mudanças de opinião que venham a surgir. Já o segundo ponto está ligado à oposição entre o direito de estado e o poder federal. A posição de Jefferson quanto a isso é de temor de uma intervenção governamental nas liberdades individuais. Era fundamental a existência de pequenas unidades de autogoverno, porém tal projeto jamais se concretizou e também não recebeu atenção. Dewey (1970) entende que as ações democráticas devem estar presentes em todos os lugares, começando em casa, passando pela vizinhança até as instituições. Assim, a ausência de comunicação constitui um problema para a democracia, pois o autogoverno pressupõe a existência de agências locais de comunicação e cooperação que estreitam a distância entre elas e o público que é, por vezes, desconhecido. Finalmente, o terceiro ponto trata da propriedade. Jefferson prezava pela distribuição equilibrada da riqueza. Dewey (1970) entendia que liberdade e propriedade eram direitos que jamais deveriam ser podados, e acreditava que a razão para a existência do governo estava em assegurar a felicidade para a maioria dos homens sob sua tutela. Isso está conectado à ideia de um Deus generoso que também criou os homens para a felicidade, desde que fossem obedientes à ordem natural. No entanto, o poder do homem sobre a natureza cresceu gradualmente. Pensando em um ideal moral, tal forma de poder deveria ser utilizado para eliminar o poder do homem sobre o homem. A partir desse problema de guerra entre nações, o autor questiona como essas ações poderiam ser impedidas. Ele entende que a pesquisa científica precisa ter um limite estabelecido, e que esse é um problema moral.

Para Dewey (1970), a conexão existente entre os quatro cantos do mundo passou a interligar os problemas dos diversos países e a afetar seus cidadãos. A administração científica do trabalho foi bem aceita. Portanto,

houve um aumento da interdependência física. Em contraponto, os indivíduos não têm poder de interferência nos acontecimentos. Trata-se de uma situação diferente de tudo que já se viveu anteriormente, pois ela fomentou a ideia de soberania nacionalista e ao mesmo tempo leva a um processo de globalização com outras nações. Tudo isso é resultado da ciência física como o elemento que movimenta a vida. Mas suas consequências são originadas de hábitos ou crenças previamente estabelecidos. A democracia ainda não foi capaz de equilibrar os interesses humanos, científicos e econômicos.

Dewey (1970) assevera “[...] que devemos acentuar a nossa crença de que muitas das fraquezas, que os acontecimentos revelaram, estão ligadas a não se ter visto a imensidade da tarefa envolvida em pôr-se a humanidade no caminho democrático” (p. 257). Essa afirmação mostra um pensamento que persiste até a nossa contemporaneidade. Trata-se da ideia de que o projeto democrático é uma missão a ser cumprida a longo prazo. Mais que isso, é um projeto que precisa ser continuamente lapidado para que não se perca em meio a ameaças autoritárias que venham a surgir ao longo da história.

O motivo desse embate, Dewey explica pelo fato de o ser humano ter suas ações pautadas em crenças, tradições e costumes existentes muito antes da existência da democracia. Os ataques à democracia são um retorno a antigos hábitos emocionais e intelectuais. Isso torna necessário que a luta pela democracia seja mantida em diversos segmentos: político, econômico, internacional, educacional, científico, artístico e religioso. Trata-se também de um conflito entre o velho mundo europeu e o novo mundo americano.

No campo político, a reflexão primordial legada por Dewey é considerar que a história da democracia está relacionada as suas instituições, atitudes e aplicação de métodos de comunicação, cooperação e consulta que têm a finalidade de fazer das variadas manifestações culturais uma evolução das ideias democráticas. Isso inclui, portanto, aplicação dessa proposta na política, indústria e educação. Se o fim último é a democracia, todo o caminho também deve ser. Por isso não é possível permitir intenções autoritárias que se utilizam do discurso democrático como um disfarce. Olhar para a história e perceber o longo período em que não houve democracia é um meio de

entender o tamanho da tarefa que se coloca para a humanidade visando manter o projeto democrático, pois ele é simples e ao mesmo tempo difícil, pelo fato de ser um trajeto que deve ser trilhado por todos os indivíduos.

Considerações finais

No decorrer desse artigo, o objetivo foi discutir o conceito de democracia ao entender de Dewey. Esse, é um conceito fundante para o seu pensamento político. Contudo, é uma ideia que não se constrói sozinha, pois ela se conecta com outros elementos presentes na sociedade, a educação e a ciência. A educação, sobretudo pública, é o que o autor acredita ser essencial na criação de condições para elaborar e manter o projeto democrático. Já a ciência, isto é, a sistematização do conhecimento, é um elemento capaz de equilibrar a sociedade mediante a sua aplicação prática de uma forma positiva.

Dewey foi um filósofo que idealizou uma vivência democrática articulada pela pluralidade. Mas essa pluralidade não significava o apagamento da individualidade. Para o autor, cada membro da comunidade contribui para o todo, por meio das suas particularidades. Esse pensamento consiste em um norte do que o autor entende por democracia.

Ao longo da história, o ideal democrático foi testado, desafiado ou rompido com ditaduras e movimentos totalitários. Dewey vivenciou um momento histórico e social em que foi possível observar situações que seguiam nessa direção, como por exemplo, as duas grandes guerras e a ascensão do nazismo e do fascismo. Esses acontecimentos mobilizaram as reflexões deweyanas sobre a democracia.

Contudo, esse é um debate atemporal, portanto, permanece atual e relevante. Evidencia-se ainda, a necessidade de uma constante atenção sobre essa forma de governo para que ela se mantenha, não apenas no modo político, mas também como forma de vida.

Nesse sentido, refletir sobre a relação entre educação e ciência com a democracia hoje, significa entender que esses dois elementos desempenham

um papel fundamental, por exemplo, ao colocar as crianças e adolescentes em contato com diferentes formas de olhar para a sociedade e para entender a função social do conhecimento, por exemplo.

Considerando os conceitos de educação, ciência e democracia trabalhados por Dewey, é possível considerá-lo um teórico importante não apenas para trabalhar com a história do pensamento pedagógico, mas também para pensar questões sociais do mundo contemporâneo.

Referências:

BOTO, Carlota. Um credo pedagógico na democracia escolar: algum traçado do pensamento de John Dewey. *Educação*, v. 29, n. 3, p. 599-619, 2006.

BRANCO, Maria Luísa Frazão Rodrigues. A educação progressiva na atualidade: o legado de John Dewey. *Educação e Pesquisa*, v. 40, p. 783-798, 2014.

CUNHA, Marcus Vinicius da. Educador e filósofo da democracia. In: *John Dewey. As origens da educação progressiva: o filósofo da democracia e sua importância para a renovação educacional*. São Paulo: Segmento, 2018.

CUNHA, Marcus Vinicius da. Uma filosofia da experiência. In: *John Dewey. As origens da educação progressiva: o filósofo da democracia e sua importância para a renovação educacional*. São Paulo: Segmento, 2018.

CUNHA, Marcus Vinicius da. John Dewey: Filosofia, política e educação. *Perspectiva*. Florianópolis, v.19, n.2, p. 371-388, jul.-dez. 2001.

DEWEY, John. *Democracia e educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

DEWEY, John. *Liberalismo, liberdade e cultura*. São Paulo, Editora Nacional e Editora da USP: 1970.

MOREIRA, Carlos Otávio Fiúza. *Entre o indivíduo e a sociedade: estudo da filosofia da educação de John Dewey*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

PIMENTA, Rita. Investigação, educação e democracia. In: *John Dewey. As origens da educação progressiva: o filósofo da democracia e sua importância para a renovação educacional*. São Paulo: Segmento, 2018.

POGREBINSCHI, Thamy. A democracia do homem comum: Resgatando a teoria política de John Dewey. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 23, p. 43-53, nov. 2004.

TEIXEIRA, Anísio. A pedagogia de Dewey. In: *Vida e educação*. Companhia Melhoramentos: São Paulo, 1965.